

## 2

### A constituição de uma trajetória profissional

*“Creio no sonho, creio no trabalho. Sonhei com paixão e ousadias. As utopias maiores que poderia sonhar. E não me arrependo. Utopias indispensáveis para os incrédulos, utopias impossíveis para os pobres de coração. Mas aí estão concretizadas tantas de minhas utopias.”*

*(Professor Darcy Ribeiro)*

Este pensamento está escrito na fachada da minha escola. Quem chega, quase que obrigatoriamente, o lê. Tanto a escola quanto o pensamento me acompanham até hoje. Marcaram minha vida. São de outros, mas sinto como se fossem meus.

A escola é da rede pública municipal do Rio de Janeiro. É dos professores que lá, nesse momento, estão ensinando. É dos alunos que estão estudando. É da comunidade da Maré. É do povo.

O pensamento? Ah, como o pensamento voa e me leva a dezenove anos atrás...

#### 2.1

##### A escola

Ano de 1985: eu chegava na Vila dos Pinheiros procurando uma suntuosa escola que se destacava em meio a tantas casas iguais, diferentes apenas nas suas cores. Laranjas, azuis, amarelas, rosas. Todas iguais. E a escola lá, grande, majestosa, verde, com muitos módulos de cimento. Chegava ao CIEP Ministro Gustavo Capanema, sem imaginar que, mais do que encontrar uma escola, ia encontrar minha opção política, mais do que ensinar, ia aprender a ser professora. Começar esta dissertação contando um pouco dessa história foi a melhor maneira que encontrei para levar os leitores do meu trabalho a entenderem algumas opções realizadas no caminhar da minha pesquisa. Além disso, aprendi com a professora Mamede<sup>1</sup> que o passado é o presente em ação e, assim, recuperando as histórias de minha trajetória profissional, me fortaleço, e faço da memória de

---

<sup>1</sup> Maria Aparecida Mamede é professora do Departamento de Educação da PUC-Rio, tendo sido eu sua aluna na disciplina Psicologia da Educação I.

minha prática como professora da Maré a principal interlocutora do trabalho acadêmico apresentado.

Mas, voltando à escola... Em 1985 iniciava-se no Rio de Janeiro o Programa Especial de Educação da Secretaria Estadual de Educação. Ele apresentava diferentes projetos nas áreas educacional e de suporte social. Um dos eixos desse programa era a construção dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs – que se caracterizavam, principalmente, pela proposta de funcionamento das escolas em horário integral. Senti, a partir da divulgação dessa proposta, a possibilidade concreta de me tornar educadora. Participei, na ocasião, de um concurso público, tendo sido aprovada. Contudo, esse foi um concurso diferente. Primeiro, o processo seletivo seguindo as normas definidas em edital de concurso. A prova, a lista de aprovados, o cumprimento das exigências de documentos, exames médicos. Depois, a opção. Os professores podendo escolher se queriam participar ou não da implantação da proposta pedagógica que se apresentava, naquele momento, como inovadora na rede pública.

Naquela ocasião, o professor Darcy Ribeiro, coordenador dos projetos educacionais do Estado e principal articulador da implantação dos CIEPs, convocou, por meio da mídia e telegramas pessoais, os professores aprovados no referido concurso público para participarem de uma avaliação complementar opcional para os interessados em compor o quadro dos professores que passariam a atuar nos CIEPs.

Foi assim que, em julho daquele mesmo ano, fui trabalhar no Centro Integrado de Educação Pública Ministro Gustavo Capanema. Este CIEP localiza-se na Vila dos Pinheiros, no complexo da Maré, que reúne 16 comunidades numa população de cerca de 130.000 pessoas. No caso da Vila dos Pinheiros, esta é formada, na sua grande maioria, de migrantes oriundos do norte e nordeste, estabelecidos no Rio de Janeiro há muitos anos. É um conjunto residencial, construído em 1983 pelo Governo Federal, para atender os moradores da antiga favela da Maré, que foram transferidos para esta área. Uma comunidade com grande concentração de população de baixa renda e escolaridade, com um número significativo de crianças em idade escolar, de famílias numerosas, nas quais os adultos precisam desenvolver atividades alternativas para geração de renda e onde às crianças mais velhas cabe o cuidado das mais novas. Comunidade marcada pela exclusão social e pela violência.

Nesse cenário, optei por trabalhar de 1985 até o ano 2000. No CIEP, aprendi a fazer educação. Vivi, ali, 15 anos de aprendizagens significativas na busca de estratégias de democratização da educação fundamental.

Iniciei como regente de turma. Foi um começo bastante difícil, pois, de um modo geral, nós professores não somos preparados para trabalhar com uma realidade de alunos oriundos das classes populares, que fogem ao padrão apresentado pelas escolas de formação de professores. E eu, jovem de classe média, sem nenhuma experiência anterior, despreparada para esse trabalho, sofria, me sentia encurralada, mas buscava saídas.

Já em 1988, fui convidada a compor a equipe de direção da escola – convite resultante da observação do trabalho que eu vinha desenvolvendo com alunos, pais e colegas professores.

Ao passar a compor a equipe de direção da escola, fiquei responsável pela coordenação pedagógica. A partir daí, alternando funções como diretora adjunta, diretora geral e supervisora pedagógica, sempre escolhida por consulta à comunidade escolar, marquei meu trabalho na escola como profissional responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação do processo pedagógico, da educação infantil à educação de jovens e adultos.

Pautei minhas ações, ao longo dos quinze anos de atividades na escola, na busca de estratégias que garantissem uma participação mais efetiva de toda a comunidade escolar na tomada de decisões pedagógicas e administrativas, além de investir, efetivamente, nos espaços de formação em serviço para os professores, como momentos privilegiados da associação teoria-prática, tendo como eixo de trabalho os estudos, a troca de experiências e o planejamento coletivo.

Em 1997, compreendi que era o momento de voltar à sala de aula, pois já fazia muito tempo que estava afastada da regência de turma, e isso começava a enfraquecer minha atuação como coordenadora pedagógica.

Fui atuar, por opção, diretamente na educação de jovens e adultos<sup>2</sup>. Pude, então, olhar essa modalidade de ensino de um outro ponto de vista, já que, desde 1987, acompanhava o trabalho como coordenadora. A partir desse momento, entrei de corpo e alma no trabalho com esses alunos.

---

<sup>2</sup> A educação de jovens e adultos, na rede pública municipal do Rio de Janeiro, fazia parte do Programa Especial de Educação e era denominada Projeto de Educação Juvenil.

Ninguém entra numa sala de aula de educação de jovens e adultos <sup>3</sup>, convive com pessoas que não tiveram seu direito de aprender a ler e escrever garantidos e sai ileso. Transformamo-nos no contato com aquele que se acha incapaz, “burro”, analfabeto. Dividir o cotidiano tão de perto com essas pessoas nos faz ver, sem cortinas, o quanto nossa sociedade é injusta e desigual. A partir do meu retorno para a sala de aula e do meu ingresso na alfabetização de jovens e adultos, novos desafios se apresentaram. Percebi a necessidade de aprofundar meus conhecimentos. Precisei mergulhar nos estudos para conhecer os processos distintos que são a educação das crianças e a educação dos adultos, construir uma pedagogia de adultos, relacionar o aumento da escolaridade dos pais com o aumento da escolaridade de seus filhos.

Ao viver a EJA me aproximei ainda mais da educação das crianças, pois ratifiquei a necessidade de compreender melhor as implicações e efeitos da educação na vida do cidadão, constatando a relevância de se buscar construir uma pedagogia bem sucedida para nossas crianças. A utopia passou a ser a de que, um dia, a educação de jovens e adultos, no seu aspecto restrito ao aumento de escolaridade, ceda lugar ao direito que todos temos de acesso à função permanente da educação. Essas e outras questões passaram a fazer parte das minhas indagações e do meu desejo de elaborar e aprofundar estudos posteriores.

## **2. 2**

### **A organização social**

Ultrapassar os muros da educação formal e continuar militando na educação de jovens e adultos foi uma experiência vivida nos últimos anos de trabalho na Maré. Atuei na coordenação pedagógica da organização não-governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM<sup>4</sup> – e , durante dois anos, acompanhei diretamente projetos que muito contribuíram para o fortalecimento de minhas crenças e utopias.

---

<sup>3</sup> Utilizarei, no decorrer desse texto, a sigla EJA para referir-me à educação de jovens e adultos.

<sup>4</sup> O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM - é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 1997, fundada e dirigida por moradores e ex-moradores da Maré. O CEASM atua nas comunidades da Maré, desenvolvendo diferentes projetos, todos comprometidos com a superação de exclusão social vivida pelos moradores do bairro.

Junto a 36 jovens da Maré, desenvolvemos o I Curso de Formação de Monitores para Museus e Centros de Ciências, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Pretendíamos, naquela oportunidade, aproximar os aparelhos científicos e culturais daquela casa dos alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas que rodeavam a Fundação. Para isso, precisávamos buscar uma forma mais acessível de receber essas crianças e jovens. A idéia de formar monitores para museus, que fossem estudantes da escola pública e moradores da comunidade local, apresentou-se como uma estratégia interessante e tornou-se um grande desafio, vencido coletivamente. Estar à frente desses jovens oriundos das classes populares, frutos da escola pública, e acompanhar sua interlocução com pesquisadores e cientistas de renomado saber tornou-se fonte de grande aprendizagem.

Fui, também, co-responsável pela implantação de 10 salas de alfabetização de jovens e adultos em diferentes comunidades da Maré, todas funcionando em espaços alternativos, como associações de moradores, igrejas, centros comunitários.

Posso considerar que esse momento foi fundamental para meu crescimento profissional, pois, pela primeira vez, deixava de fazer a educação apenas pelo caminho da escola e me inseria nos movimentos sociais, tendo a oportunidade, a partir dessa experiência, de avaliar estratégias diferenciadas que podem ser utilizadas para combater a exclusão social.

A experiência desenvolvida no CIEP, especialmente com jovens e adultos, além do trabalho vivenciado no CEASM, na coordenação do projeto de alfabetização, contribuíram para que eu recebesse, no início de 2001, o “convite-desafio” da diretora do Departamento de Educação Fundamental da Secretaria Municipal de Educação do Rio para ser a supervisora, no Nível Central, do Projeto de Educação Juvenil, do qual eu já era a coordenadora pedagógica e professora na escola.

### 2.3 Instância da administração pública

O Projeto de Educação Juvenil – PEJ<sup>5</sup> é a iniciativa do poder público municipal do Rio na área de EJA que se mantém desde 1985, período de sua implantação como parte integrante do Programa Especial de Educação.

Ao aceitar o convite para atuar como supervisora do PEJ, afastei-me do CIEP e do CEASM, já que a nova função exigia de mim dedicação exclusiva.

Hoje, tenho clareza de que, embora indicada para o cargo por minha competência técnica, assumi também um cargo político, já que, a partir desse momento, passei a fazer parte da equipe que atua junto à Prefeitura na definição das políticas públicas de educação para nossa cidade.

O aprendizado acumulado no CIEP e no CEASM foi fundamental para que eu enfrentasse esse novo cotidiano desconhecido, surpreendente e instigante. O que poderia para muitos gerar medo e conflitos como, por exemplo, administrar alunos e professores intimidados numa troca de tiros entre facções rivais, era muito conhecido por mim. Com a ida para a SME, após longo período de trabalho na Maré, meu campo de atuação passou a ser outro. Estranhava as lutas concorrenciais – o jogo e suas regras eram totalmente desconhecidos<sup>6</sup>.

Jogar o novo jogo, ao mesmo tempo em que me apropriava de suas regras, tornou-se um grande desafio. Venho enfrentando esse desafio desde janeiro de 2001, sustentada em algumas crenças que tinha quando entrei pela primeira vez naquele CIEP, entre elas a de que todos têm direito à educação. Outras crenças foram destruídas, ou melhor, reconstruídas.

Tenho certeza de que a função que temporariamente estou exercendo exige de mim uma maior articulação entre a experiência que venho acumulando ao longo dos meus anos de trabalho e o conhecimento acadêmico construído. Ambos são fundamentais para que eu me fortaleça e participe ativamente e criticamente

---

<sup>5</sup>.O Projeto de Educação Juvenil é conhecido até os dias atuais pela sigla PEJ que passarei a usar ao longo deste trabalho.

<sup>6</sup> A apropriação posterior dos conceitos de Bourdieu me permitiu compreender a complexidade do conceito de campo que, segundo o autor, é um sistema estruturado de posições, no qual existem diferentes regras e desafios específicos, tratando-se de um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.

na elaboração de políticas públicas, junto com os gestores da cidade. Por isso, decidi ingressar no mestrado, buscando crescer como profissional da educação.

## **2.4** **A academia**

Nunca parei de estudar: seminários, palestras, cursos de curta duração. Tudo que me era oferecido como professora da rede pública aproveitei com bastante empenho. Mas o melhor lugar para estudar sempre foi a minha escola.

Novamente a minha escola...

No CIEP Gustavo Capanema, o treinamento em serviço sempre foi muito importante. Na sua implantação, ele foi concebido como um simples momento para repasse das idéias do órgão central. Naquela ocasião, alguns professores recebiam um treinamento da Secretaria e tinham que repassá-lo para os demais colegas. Mas, com o passar do tempo, fomos nos apropriando desse espaço como um momento rico de crescimento coletivo. Nossos encontros pedagógicos foram ganhando, assim, um caráter mais dinâmico e autônomo. Passaram a ser um espaço que tinha como eixos de trabalho as leituras e estudos e a troca de experiências.

Os centros de estudos passaram a ser, então, o “carro chefe”, que garantia a qualidade do trabalho pedagógico da escola. Todos os professores da escola valorizavam este espaço de estudo/trabalho.

Foi aí que, ao longo de quinze anos, realizei parte significativa de minha formação continuada.

Com a chegada da nova LDB e o estabelecimento dos 200 dias letivos para validar o ano escolar, tivemos uma redução desses encontros. Além disso, ampliaram-se os problemas vividos por nós dentro dos muros da escola, gerados, muitas vezes, pela violência que nos cercava pelo lado de fora desses mesmos muros. Cada vez mais, éramos levados a agir na emergência da situação e a refletir cada vez menos sobre ela.

Assim, nos últimos anos, parei menos para olhar com mais criticidade para a prática cotidiana, sistematizar e registrar meus/nossos avanços, pesquisar impasses e dúvidas. O tempo tornava-se cada vez mais curto na escola para

estudar. Por isso, sentia necessidade de voltar aos bancos escolares e de me “obrigar” a ler, escrever, revisitar minha história como professora, buscar compreender melhor a história dos meus alunos.

Quando comecei a atuar na Secretaria, as demandas da nova função despertaram em mim o desejo de ingressar no mestrado.

Chegar à PUC não foi um sonho que acalentei. Sempre relatei a instituição ao ensino privado e, como minha trajetória de ex-aluna e professora estava assentada no ensino público, investir na pós-graduação, na rede privada, me parecia contraditório. Achava que nossas causas – as minhas e as da PUC – não eram as mesmas.

Foi lendo a tese de doutorado de um amigo, ex-morador da Maré, defendida na PUC, que ousei desejar conhecer um pouco mais a trajetória da instituição que inicialmente rejeitara.

Pude, a partir daí, livre de pré-conceitos, identificar suas linhas de pesquisas extremamente comprometidas com a escola pública e com a causa do povo.

Desde esse momento, um grande desafio passou a apresentar-se para mim: teria eu, professora da rede pública, sem cursos de aperfeiçoamento e especialização, condições de ser selecionada e poder ingressar no mestrado de tão respeitada instituição?

A aprovação na seleção para o primeiro semestre de 2002, com certeza, foi sustentada nos meus anos de trabalho na escola, já que compunha meu cotidiano com ações sempre refletidas e discutidas.

Contudo, mais difícil do que o acesso ao mestrado da PUC, foi minha permanência nele. A experiência profissional, que me deu sustentação para ingressar no mestrado, já não era suficiente para me manter nele. Percebi que eu não era a aluna esperada pelo mestrado. Começava a constatar que o mestrado não era o que eu buscava.

Procurava melhorar enquanto professora, mas o objetivo do mestrado (não da PUC, mas do mestrado) era que eu me constituísse enquanto pesquisadora.

Queria e precisava conhecer alguns autores. Esperavam que eu já os conhecesse e que dialogasse com eles.

Tinha pouco tempo para, como dizem os jovens, correr atrás do prejuízo. A expressão é exatamente essa, pois, no início, tive a impressão de que ficar

muitos anos trabalhando na escola, ininterruptamente, junto àquelas crianças, jovens e adultos, havia se transformado, naquele novo campo em que eu me encontrava, num grande prejuízo.

Foi aí que comecei a pensar que, pela primeira vez, me sentia como meus alunos da educação de jovens e adultos, nas aulas noturnas: defasados, cansados, desprestigiados, sempre tendo que correr atrás de um prejuízo, acumulado por sua escolha (ou será falta de escolha !?).

Ficam algumas dúvidas e inquietações em relação ao papel do mestrado de um modo geral: se o mestrado é para formar pesquisadores, que lugar cabe àquele que deseja se qualificar para continuar sendo professor de jovens e crianças?

Já que muitos mestrandos sonham com o doutorado e com seu futuro nas salas de aula da academia, o que ao meu ver é bastante positivo, qual seria o lugar para aqueles que fazem a opção de permanecer exercendo suas funções no ensino fundamental? E ao aluno que trabalha, pode-se garantir seu acesso ao mestrado enquanto seu direito à função permanente da educação? Ou seu espaço de estudo deve ser outro? Superado o quadro inicial de desânimo, fui buscando meus caminhos. Mais uma vez, conhecer as regras desse novo campo foi fundamental para eu circular nele com aprovação e respeito. Aprendi muito, deixei de aprender muitas coisas também. O crivo do tempo que temos disponível para acabar a dissertação torna-se mais importante, às vezes, do que a necessidade que temos de aprender. Regras do jogo! Vamos em frente!